



# CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344  
CEP 84500-000 - Irati - PR

## **PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA**

**Objeto: Parecer sobre o Projeto de Lei nº 049/2019 que:**  
**“Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber, em**  
**reversão, imóvel que especifica, e dá outras providências.”**

Vistos, etc.

Foi recebida, por esta Assessoria, solicitação oriunda da Presidência do Legislativo para a elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei em epígrafe, a teor do disposto no art. 2º, II e IV, da Resolução nº 04/2015.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, atinente à gestão dos bens públicos municipais, o qual foi lido na sessão ordinária de 21 de maio de 2019.

É o sucinto relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

A Lei Orgânica Municipal – LOM, no seu art. 13, estabelece a competência do Prefeito Municipal para administrar os bens públicos municipais, ressalvados os bens pertencentes ao Poder Legislativo.

O Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, no seu art. 7º, § 3º, dispõe que a concessão de direito real de uso de terrenos públicos ou particulares poderá ser resolvida antes de seu termo, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra



## CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344  
CEP 84500-000 - Irati - PR

cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

Infere-se do art. 1º do Projeto em análise que o objetivo da norma consiste na revogação da concessão de direito real de uso e consequente reversão ao patrimônio público municipal de imóvel situado no “Centro Cívico” do Município, com uma área de 5.381,25 m², objeto da matrícula nº 12.825 do Registro Geral do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Irati – Paraná.

Segundo informações do proponente, a reversão tem por base a não utilização do imóvel pelo FÓRUM DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, e tem como finalidade a sua utilização para novos investimentos.

Conforme a justificativa apresentada “*o presente Projeto de Lei tem como objetivo reverter um terreno cedido para Fórum Estadual, através da Lei Municipal nº 3372 de 26 de outubro de 2011. Porém o interessado não efetuou o uso da área, razão pela qual, de acordo com o artigo 3º da referida Lei, a Prefeitura de Irati busca a reversão, pois neste espaço está registrado no sistema do FNDE, a construção da quadra para Escola Municipal Matilde Araújo do Nascimento e neste caso, a área que está sendo subutilizada servirá para melhorar a infraestrutura desta escola, que demanda por uma quadra para realização de atividades de natureza esportiva e pedagógica.*”

Diante do exposto, por inexistirem óbices de natureza constitucional e infraconstitucional, opina-se pela regular tramitação da proposição, nos termos regimentais.

É o parecer.

Irati/PR, 23 de maio de 2019.

**EDUARDO FREIRE GAMEIRO ZANICOTTI**  
Assessor Jurídico (OAB/PR nº 55.190)